

Leia neste número:

Continuar a Batalha Eleitoral	01
O trabalhador brasileiro no cenário internacional	02
Entrevista com João Felício, presidente da CSI	02
Por um aumento salarial global	03
Pobreza ronda trabalhadores do G-20	03
Sentença impede interferência nos Sindicatos	04
Câmara Sindical debate igualdade racial no trabalho	04
ONU diz que Brasil tem racismo institucional	04

Continuar a Batalha Eleitoral

Ricardo Patah, presidente nacional da **União Geral dos Trabalhadores (UGT)**

A menos de 20 dias do primeiro turno das eleições presidenciais, acirra-se a disputa entre Dilma Rouseff e Marina Silva, que também preparam-se para um mais que provável segundo turno.

As nossas avaliações anteriores, da necessidade de criação de uma grande bancada de trabalhadores no Congresso Nacional, permanecem mais vigentes que nunca. E os sindicalistas e toda a militância da **União Geral dos Trabalhadores (UGT)** vêm se dedicando a isso com afinco, porque tem plena consciência do momento difícil pelo qual passamos.



A conjuntura econômica ainda permanece problemática, mas o mercado de trabalho apresentou uma pequena melhora no mês de agosto, quando foram criados mais de cem mil empregos com carteira assinada, segundo o **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)** do Ministério do Trabalho e Emprego.

São mais de 750 mil empregos criados neste ano, até agora. Como previmos esses empregos foram criados, em sua maioria, pelos setores de comércio e serviços.

Todas as regiões tiveram alta no nível de emprego em agosto: o maior número de vagas com carteira foi aberto no Nordeste (42.079), seguido de Sudeste (32.551), Sul (10.581), Centro-Oeste (8.110) e Norte (8.104). que setembro e outubro serão meses de "resultados positivos".

Para o ministro do Trabalho e Emprego Manoel Dias, a recuperação vai continuar no decorrer do segundo semestre: "Nosso segundo semestre seguramente será melhor que o primeiro", garantiu. "Todo o conjunto da economia está em recuperação e o emprego faz parte." Para o ministro o país vai alcançar um milhão de novos empregos até o final do ano.

Mas, de um modo geral, continuam as previsões de crise em nossa economia, daí a grande necessidade de uma forte bancada dos trabalhadores no próximo Congresso Nacional. A disputa de quem vai ficar com o ônus da crise econômica, os empresários que tiveram grandes lucros no passado - lucros que continuam a ter, ou os trabalhadores, que perderiam suas conquistas recentes. Essa disputa será decidida principalmente no Congresso brasileiro.

Acreditamos que teremos um grande avanço no Congresso Nacional e que conquistaremos uma grande bancada trabalhista. Um estudo recente sobre as candidaturas mostra uma prevalência de setores populares. Assim, as candidaturas femininas, pela primeira vez, superaram os 30% previsto pela lei de cotas (lei 9.504/1997) para os cargos proporcionais de federal e estadual.

No mesmo sentido a participação de candidatos auto-declarados negros para os cargos de deputado federal, estadual, governador e senador a porcentagem total de negros na população. Como é a primeira vez que o TSE computa essa característica não é possível a comparação com anos anteriores, mas o dado parece apontar para uma participação maior de setores pobres da população.

Vamos, portanto, continuar a batalha eleitoral por uma grande bancada de trabalhadores no Congresso nacional. Mais que nunca estão em jogo os interesses do Brasil trabalhador e das famílias trabalhadoras.

O trabalhador brasileiro no cenário internacional

O presidente da Confederação Sindical Internacional (CSI), João Felício, participou da reunião com os líderes da União Geral dos Trabalhadores (UGT) para tratar de assuntos de interesse comum dos trabalhadores brasileiros. O encontro aconteceu na manhã desta terça-feira, 09 de setembro, na sede da UGT, em São Paulo/SP.

João Felício disse que seu desejo é o de fazer discussões prévias dentro do país, seja separadamente com cada central ou em conjunto, para que a pauta das reivindicações trabalhistas do povo brasileiro seja tema central da reunião entre os representantes da CSI, junto à secretária-geral, Sharon Burrow.

Falou, ainda, que pretende estar presente nas agendas das centrais para que, com a proximidade, se desenhe uma as ações práticas como, por exemplo, quais atitudes devem ser tomadas diante das práticas antissindiais das multinacionais.

Ricardo Patah, presidente da UGT, disse estar feliz por receber o presidente da CSI e que a abertura deste diálogo fortalece a representatividade do Brasil em fórum de discussões importantes, como a OIT e o G20 (grupo formado por representantes das principais economias do mundo).



Mônica da Costa Mata Roma, secretária adjunta de Relações Internacionais da UGT, disse que a UGT quer, de fato, se preparar para fazer as representações internacionais e que o apoio da CSI neste sentido é essencial, para que além do empoderamento, as Centrais possam chegar nessas discussões mais amplas com propostas de ações práticas na defesa e ampliações dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Laerte Teixeira da Costa, vice-presidente da UGT e secretário de Políticas Sociais da Confederação Sindical das Américas (CSA/CSI), falou sobre a importância de se ter um brasileiro na presidência da CSI e que os desdobramentos consistentes destes encontros levará a realidade nacional para o centro de discussão sobre o trabalhador em todo o mundo.

Sidney de Paula Corral, secretário de Integração para as Américas da UGT, lembrou que na última reunião da CSI, em Montevideu, no Uruguai, no início deste mês (2, 3 e 4 de setembro) onde estavam representantes de 22 países, uma das resoluções foi a criação do documento "Plataforma de Desenvolvimento para as Américas", uma cartilha que tem que ser seguida por porque é totalmente progressista e acompanha a realidade do movimento sindical brasileiro.

Annick Deruyver, secretária de Relações Internacional da CSC Bélgica, disse que espera uma CSI mais aberta, com mais pessoas dos países do hemisfério sul. E falou que está aqui no Brasil para preparar com a UGT um Seminário sobre Economia Informal, com o intuito de preparar melhor a participação sindical na Conferência da OIT, em junho de 2015. *(Giselle Corrêa, da redação da UGT / Foto: Leonardo Cassiano)*

Entrevista com João Felício, presidente da CSI



Por um aumento salarial global

A necessidade de crescimento com base no salário expõe falhas no G20

Os Ministros do Trabalho e Emprego do G20 incluíram o desemprego, a demanda e o crescimento na agenda para a reunião de líderes do G20 que será realizada em Brisbane, mas não conseguiram chegar a um consenso sobre a questão essencial de que o mundo precisa de um aumento salarial.

Sharan Burrow, secretária-geral da Confederação Sindical Internacional (CSI), lamentou a falta de senso de urgência para resolver a crise do emprego para os 100 milhões de pessoas que estão desempregadas nos países do G20.



"Embora haja um compromisso claro para o emprego dos jovens, das mulheres, para enfrentar a informalidade, por segurança no trabalho, as recomendações da OIT, Banco Mundial, OCDE e do Grupo de Trabalhista 20 no sentido de que os salários devem ser tratadas como uma parte essencial da solução para a demanda estagnada, não foram adotadas coletivamente", disse Sharan Burrow.

Novos estudos econômicos apresentados aos Ministros do Trabalho e Emprego do G20 sugerem que um conjunto de medidas de política que incluem um aumento da renda do trabalhador e o investimento público em infra-estrutura social e física da ordem de 1% do PIB, poderia produzir um crescimento econômico no G20 até 5,84% para 2018.

A reunião dos Ministros do Trabalho e Emprego do G20 incluiu uma reunião de consultas com os sindicatos, empresas e grupos da sociedade civil, durante a qual o Grupo Trabalhista 20 apresentou sua declaração aos ministros, e concluiu com uma Declaração Ministerial que contribui muito pouco para dar confiança aos trabalhadores.

"Diante de um crescimento paralisado, um déficit global de 62 milhões de postos de trabalho e uma diminuição dos salários reais em muitos países, os ministros perderam uma excelente oportunidade para dar esperança para as famílias trabalhadoras que as políticas podem promover uma verdadeira recuperação no emprego", disse John Evans, secretário-geral do Conselho Sindical junto à OCDE (TUAC).

"Os líderes do G20 devem assegurar que os salários e o emprego apareçam como elementos centrais de suas discussões em Brisbane. O mundo precisa de um aumento salarial. Os governos não podem mais continuar agachados diante do modelo corporativo americano de reduzir os salários e continuar a acreditar na história que as empresas podem sobreviver se não há clientes com dinheiro para gastar", disse Sharan Burrow.

Pobreza ronda trabalhadores do G-20

Pobreza ronda maioria dos trabalhadores de países emergentes, diz estudo

Mais da metade dos trabalhadores nos países emergentes do G20 está perto da linha pobreza, segundo um estudo conjunto realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização para a Cooperação Econômica (OCDE) e o Banco Mundial, divulgado nesta terça-feira.

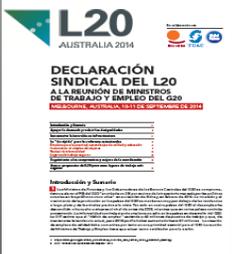
Segundo o relatório Mercados de Trabalho do G20: perspectivas, principais desafios e respostas políticas, cerca de 837 milhões de trabalhadores nas economias emergentes do G20 "são pobres" e ganharam somente até US\$ 4 por dia (cerca de R\$ 9 na cotação atual) em 2013.

Desse total, estima-se que 447 milhões de trabalhadores nos países emergentes do G20 sejam "extremamente" pobres (renda inferior à linha da pobreza, que é de US\$ 1,25 por dia) ou "moderadamente" pobres, com ganhos de até US\$ 2 diários. Os com salários de US\$ 2 a US\$ 4 são considerados "próximos à pobreza".

Os dados em relação à pobreza dos trabalhadores nos emergentes do G20 incluem números do Brasil, China, Rússia, Índia, África do Sul (que formam os Brics), além da Argentina, Indonésia, México, Arábia Saudita e Turquia.

O estudo foi divulgado na véspera da reunião de ministros do Trabalho do G20, que será realizada em Melbourne, na Austrália, nos dias 10 e 11. O documento ressalta que os emergentes do G20 fizeram "progressos enormes" na redução da pobreza extrema (abaixo de US\$ 1,25) e moderada dos trabalhadores.

Nesses países, o número de pessoas que ganham até US\$ 2 diários foi reduzido pela metade desde 1991, totalizando atualmente 447 milhões. "Mas a pobreza dos trabalhadores ainda permanece um grande desafio para esses países", afirma o estudo. *(Daniela Fernandes, BBC Brasil)*



Declaración sindical del L20 a la reunión de ministros de trabajo y empleo del G20



Sobre o G20



G20 labour markets: outlook, key challenges and policy responses



Sentença impede interferência nos Sindicatos

UGT consegue que TJ de São Paulo impeça cartórios de interferência sindical

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo acatou pedido da **União Geral dos Trabalhadores (UGT)** e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e reformulou decisão dos Cartórios de Registros de Documentos de São Paulo, que exigia constar mandato de três anos para registrar atas de entidades sindicais.

Na sua sentença o desembargador **Hamilton Elliot Akel**, afirma que "não cabe ao Oficial do Registro aferir aspectos intrínsecos do título e muito menos do prévio registro perante autoridades do trabalho". Em sua decisão o desembargador ainda destaca a celeuma criada com a negativa dos Cartórios do Estado de São Paulo de registrar estatutos que apresentem critérios diferentes do que consta na CLT. Com a decisão do desembargador passa a valer o que for aprovado pelos trabalhadores em assembleia soberana da categoria, tanto quanto ao mandato dos seus dirigentes quanto ao número de dirigentes sindicais.

Para **Ricardo Patah, presidente nacional da UGT**, ao acatar o pedido das centrais sindicais, a corte reconheceu a decisão soberana dos trabalhadores em assembleia e que a nota de devolução emitida pelos cartórios com essa exigência trazia prejuízos aos trabalhadores, representado pelos seus dirigentes sindicais. [Clique aqui e veja o texto completo.](#)

Câmara Sindical debate igualdade racial no trabalho

O Câmara Aberta Sindical de 27 de agosto ultimo recebeu o presidente do Inspir, Ramatis Jacino; a integrante do Coletivo Nacional de Igualdade Racial da UGT, Valmira Luiza da Silva e o dirigente do Sindicato dos Correios, Nestor Dória.



[Assista ao vídeo](#)

Os sindicalistas falam do documento unitário em defesa da igualdade racial e contra o racismo nos ambientes de trabalho. O texto, já entregue a Dilma, será levado aos demais candidatos a presidente da República e aos governos estaduais.

TV e Internet - O Câmara é transmitido pela TV Aberta São Paulo (9 NET e 186 VivoTV), das 19 às 20 horas. Assista também no site www.tvaberta.tv.br

ONU diz que Brasil tem racismo institucional

O Brasil não pode ser chamado de democracia racial, mas é caracterizado por um "racismo institucional, em que hierarquias raciais são culturalmente aceitas", segundo estudo publicado no dia 4 de setembro e que deverá ser aprovado pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU no dia 23 de setembro.

O documento foi produzido por Mireille Fanon-Mendes France e Maya Sahli, duas relatoras independentes escolhidas pela ONU, que visitaram o país entre 4 e 14 de dezembro do ano passado. Elas se reuniram com autoridades do governo em Brasília, Pernambuco, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro.

O UGT Global é o Boletim de Informação Internacional da União Geral dos Trabalhadores.

A UGT é uma organização sindical constituída para defender os trabalhadores brasileiros através de um movimento sindical amplo, cidadão, ético, solidário, independente, democrático e inovador.

Diretor de Comunicação: Marcos Afonso de Oliveira – MTb 62.224/SP

Jornalista Responsável: Mauro Ramos